

4
MARÇO
71

COMUNICADO Nº 18

ASSEMBLEIA MAGNA SEXTA-FEIRA - 5 DE MARÇO

I- Dado que a informação aos estudantes não tem podido ser feita nas melhores condições, mas partindo do princípio de que os factos de maior relevância são conhecidos no seu conjunto, julga a Direcção Geral de A.A.C. iniciar este comunicado pelo relato do essencial das entrevistas que teve com o Magnífico Reitor, na defesa dos pontos reivindicativos definidos nas reuniões de estudantes e aprovados em A. Magna como mínimos para a normalização da vida académica .

As declarações do M.R., genéricas ou sobre pontos de vista específicos confrontados com os factos e até com declarações de outras autoridades (Directores de Faculdade, o próprio Governador Civil), têm interesse para que mais uma vez resulte bem claro que só a nossa luta colectiva, organizada e consequente pode obstar a todas as formas, discretas ou violentas, porque se pretende enquistar o Movimento Estudantil e a A.A.C.. Nem será necessário fazer grandes comentários sobre essas declarações, tão evidente e significativo é o seu próprio teor. Nota-se, é certo, a urgência da publicação de um memorial completo e correctamente situado do reitorado do Prof. Gouveia Monteiro, enquadrado na entrada para o Governo do novo MEN; das contorsões do homem de "antes quebrar que torcer" e do papel objectivo de qualquer reitor nomeado pelo Governo, nele integrado por natureza, e seu agente administrativo na Universidade. Esse memorial, de utilidade incontestável, deverá ser publicado nos próximos dias, como peça de discussão, pelos estudantes, da situação em Coimbra e da forma actual da crise da Universidade, neste momento, e para o presente comunicado, o relato das suas mais recentes afirmações poderá ser suficiente .

Quinta-feira, 12 de Fevereiro :-o M.R. afirma ter dado conhecimento ao Governador Civil de que nenhuma autoridade académica ou qualquer professor estaria disposto a fiscalizar a reunião Inter-Juntas convocada. Não toma, contudo, prévia ou posteriormente, qualquer posição pública perante a "autonomia" universitária violada ...

Sábado, 13 de Fevereiro :-os estudantes em concentração junto da Reitoria, posterior a reunião geral, ouvem da boca do M.R.: se o Sr. Ministro tiver pontos de vista diferentes do seu quanto á maneira de solucionar a greve situação criada, não poderá permanecer no cargo. Promete levar os cinco pontos ao MEN. Ignore se a A.A.C. está encerrada, mas promete deslocar-se lá para e por á disposição livre dos estudantes.

Segunda-feira, 15 de Fevereiro :-o V.R. informa-nos de que: o Sr. Ministro está de acordo com ele no essencial; promete fazer diligências para uma adequada assistência aos colegas presos, particularmente os colegas Luís Ramos (diabético) e Freião (ulcerado); o Sr. Ministro afirma que as instalações académicas estão sob a directa e ex-

clusiva alçada do MEN e de reitoria, e espere entrar em conversações com o seu colega do Interior sobre a situação em Coimbra .

Entretanto, foi decretada na Assembleia Magne de segunda-feira, 15 de Fevereiro, greve geral com transformação das aulas em debate, que levasse os diversos professores, a Universidade em geral e tomar posição perante os greves atendidos de que era vítima a A.A.C., e com ela os estudantes em geral nos ataquas perpetrados contra o seu direito de reunião e órgãos representativos. A cidade universitária é ocupada pela Polícia de Choque, Coimbra torna-se um feudo da PIDE-DGS. Grande número de estudantes são impedidos de entrar nas suas Faculdades, as prisões continuam, o colega Domingos Lopes é preso pela PIDE-DGS, sob a ameaça de arma de fogo, mesmo à saída de uma entrevista com a Srª vice-reitora .

Quarta-feira, 17 de Fevereiro :-o M.R., incopez de garantir a segurança pessoal dos restantes membros de A.A.C., vê-se forçado a deslocar-se às instalações acadêmicas, com a Srª vice-reitora. Comunica-nos então :entende ter a crise que solucionar-se a nível ministerial; o Sr. Ministro está, contudo, doente, com temperaturas elevadas, e que regressa pois de Lisboa sem nada de novo a enunciar. Toma nota de novos problemas surgidos, da continuação de prisões; afirma-nos que irá precisar novamente as suas instruções aos Directores de Faculdade :as entradas nas aulas devem ser permitidas a todos os alunos, ele apenas proíbe a entrada em cada Faculdade de alunos de outros. Em geral, manifesta estremeza perante todos os factos acontecidos, concorda que a situação é demasiado grave, continua a ignorar em que regime vive. Confirma a sua autorização e cedências do Gil Vicente e ginásio da A.A.C. para a A.M. desse mesmo dia, 4ªfeira, e para o colóquio de 5ªfeira, no qual se mostre interessado e pronto a fazer distribuir os nossos convites aos professores. Diz que irá no dia seguinte a Lisboa, ao plenário da Boa Hora, como testemunha ebonstória do nosso colega e seu aluno Fernando Sabrose; aproveitando a oportunidade para um possível encontro com o MEN. Pouco tempo depois da sua saída de A.A.C., a Srª vice-reitora telefona à Direcção-Geral, comunicando que a A.M. é proibida pelo Governo Civil. A A.M. é interrompida pela polícia de choque, e Associação encerrada .

Depois destes acontecimentos, houve diversos contactos com o M. Reitor, pessoais ou telefónicos, outros com a Srª vice-reitora. Na última segunda-feira, 1 de Março, o M.R. informou-nos de que teria de se deslocar a Inglaterra, estando ausente por alguns dias. No conjunto de todos estes contactos, o M.R. declarou-nos :a solução da crise terá, por parte das autoridades, que ser buscada a nível inter-ministerial; acha que a situação se não pode manter por muito tempo, tem que se encontrar saída em termo de dias; ele continua a espere de saber em que regime vive, e de explicação de tudo o que se tem passado. A cantina está encerrada por ordens suas, mas nada tem a ver com o encerramento de A.A.C., bem como o MEN (mesmo sendo-lhe recordadas pela D.G. as anteriores garantias, por parte do MEN e transmitidas por ele próprio, de que as instalações acadêmicas estavam sob a directa e exclusiva alçada do MEN). Reconhece que esse encerramento assume amplitude não usada há muito tem

po, pois abrangem mesmo os Organismos Autónomos .

Quanto ao direito de reunião por parte dos estudantes :iré dar instruções aos Directores de Faculdade no sentido de serem autorizadas todas as Assembleias de Faculdade, desde que requeridas nos termos habituais, e que não vê motivos para qualquer impedimento de inclusão na ordem do dia da discussão da situação presente e definição dos pontos de vista dos estudantes em relação a ele.

Pelo que toca a A.M., nada tem a opor à sua efectivação, mas não pode garantir expressamente que outras autoridades a proíbem.

Factos conexos com todos estas declarações do M.R. tornam-se significativos e é mesmo necessário confrontá-los com eles :

- apesar de serem reconhecidas anomalias, a corrigir, sob o ponto de vista das instruções do M.R., na discriminação à entrada das Faculdades, estes continuaram e a própria vice-reitora viria a recusar uma reunião de Junta de Ciências , a propósito das faltas, que, e por de outros considerados relativos a factos anteriores à crise, mencioneve essas discriminações, e pretexta que se tratava de "factos pouco críveis" .

- seivo-condutos para entrada na A.A.C. têm sido passados a elementos de organismos autónomos pelo secretário da Universidade, e Sr^a vice-reitora e mais tarde o M.R. não compreendem a que título .

- o sr. governador civil comunicou a elementos da social, que o procuraram no seguimento de diligências anteriores à crise, a propósito do infantário que a secção pretende criar na A.A.C., de que nada tem a ver com encerramento de A.A.C., nem por si pode fazer qualquer coisa para lhes permitir lá entrar, pois as instalações académicas estão sob a alçada do MEN e só ele pode encerrá-las .

- o director de Faculdade de Letras, Prof. Costa Ramelho, na terça-feira 3 de Março indefere o requerimento para uma A. de Faculdade , pois pretende que assim "protege" os interesses dos estudantes, embora tenha conhecimento das instruções do M.R. ...

II- O M:R., arrostando pelos estudantes, a partir da reunião de sábado 13 de Fevereiro, vê-se obrigado a aceitar os nossos pontos reivindicativos, e transmiti-los ao MEN, se bem que não dando resposta precisa e nenhum deles, é espera de contactos inter-ministeriais...

As diversas autoridades, umas pelas outras acusadas de interferirem na questão, vão negando a autoria própria das medidas repressivas sofridas pelos estudantes. O Governo procure por todos os meios reprimir, mas tanto quanto possível desonerando de repressão as autoridades e ministérios que convém preservar; .

Essa tática contudo, é desmascarada pela luta dos estudantes; e as autoridades governativas ligadas à Universidade têm que se sujeitar a um desperestígio da sua própria posição de autoridades -o que é um custo grande para o governo; o Prof. Gouveia Monteiro já há muito não pode pensar em cativar para o MEN os estudantes, continuando a exaltar-se como o homem de "antes quebrar que torcer", e não ser que consiga torcer o menos possível :ser capaz de satisfazer mesmo o mínimo das nossas exigências .

SÓ nós, os estudantes, poderemos obrigar o Reitor e o MEN à nor-

realização de vida associativa. Quando a isso renunciássemos, jogando - nos nas contreditórias exigências que a solução da crise impõe ao governo, em vez de jogarmos com elas, o máximo que as autoridades cederiam seria apenas a base conveniente de que possam partir para a subjugação definitiva do Movimento Estudantil .

A anterior actuação do M.R., sobretudo a partir do 9 de Maio, a lei de excepção do MEN, disso são provas evidentes : e assim lograria o Governo a um tempo êxito de dois golpes inter-reacionados que lhe são muito importantes : liquidar a possibilidade de uma discussão livre e até às últimas consequências políticas, sociais e económicas da Reforma do Ensino, impedir a existência de quaisquer organizações de massas, organizadas democraticamente (as únicas possíveis para serem de massas) que não consegue enquadrar e por isso tem que destruir .

III- "Em que regime estou" é a pergunta para a qual o M.R. parece ainda não ter encontrado resposta .

Para os estudantes, a situação aparentemente confusa torna-se brutalmente clara naquilo que transparece e se desmascera na prática da sua luta : o objectivo principal de todas as autoridades é liquidar o M. E.; apenas nos métodos usados se poderão vislumbrar pequenas divergências cujo significado é forçosamente diminuto e não essencial .

Conforme no momento considere propício, o governo põe em acção ora as autoridades ditas "progressivas" ora aquelas cujo papel na divisão de trabalho governamental é mais claramente repressivo. Táticas diferentes para um mesmo objectivo : enquiamento das estruturas estudantis. Não acreditando em conversas de gabinete entre autoridades que os querem liquidar enquanto forças autónomas e organizadas, os estudantes aprenderam à custa de uma longa experiência que só o vigor da sua unidade, e a sua organização na luta podem fazer recuar a repressão governamental. Na hora greve que vivemos, não há lugar para hesitações ou tibiezas.

A abertura imediata do A.A.C., a libertação de todos os colegas presos, a conquista de livre direito de discussão e reunião, apenas depende da nossa capacidade organizativa, da firmeza da nossa luta. Organizarmo-nos a todos os níveis, realizar reuniões de curso e de Faculdade, reforçar as juntas de delegados, avançar na luta pela solução dos problemas específicos de cada Faculdade, promover ampla informação e debate sobre os últimos acontecimentos, lançar mão de todas as formas de luta adaptáveis às circunstâncias, são tarefas urgentes a executar .

Agora mais do que nunca a necessidade dum A.M. torna-se evidente. Mobilizar todos os esforços nesse sentido, lutar por ela a todo o custo, impô-la na prática, é dever de todos nós .

Os estudantes de Coimbra não fogem às responsabilidades que sobre eles pesam.

VAI AS REUNIÕES DE CURSO - AS ASSEMBLEIAS DE FACULDADE

SEXTA FEIRA : ASSEMBLEIA MAGNA .

Coimbra, 4 de Março de 1971.

A DIRECÇÃO GERAL